



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ANALISTA TÉCNICO LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Fascínio

De todos aqueles ratos de cinemateca que formaram a Nova Onda do cinema francês no final dos anos 60, só Truffaut ficou. Eu sei que os outros continuam aí, fazendo boas coisas, mas só de Truffaut pode-se dizer que se estabeleceu no ramo do cinema. *A noite americana* mostra o porquê. Truffaut nunca pretendeu do cinema nada além do cinema. O mais admirável em *A noite americana* é a sua contenção, a sua extrema economia de propósitos. Outro diretor teria aproveitado a oportunidade — um filme sobre a feitura de um filme — para armar um jogo intelectual qualquer, um truque de espelhos, a fantasia e a realidade, a arte e a vida, e olhem só como eu sou engenhoso. Truffaut, não. Faz um filme convencional sobre Truffaut fazendo um filme convencional. Mas Truffaut faz grandes filmes convencionais.

Não é que ele seja superficial. Fellini também é um superficial e substitui as ideias pelo barroquismo de imagem. Está certo, a imagem inteligente é uma das formas que o cinema tem de ser profundo. Truffaut não se interessa em ser profundo. A primeira mágica do cinema, o fato do cinema em si, já basta como fascínio. Nada de muito extraordinário acontece em *A noite americana*, e a grande homenagem de Truffaut ao cinema é transformar o fato corriqueiro de um filme sendo feito num espetáculo extraordinário. Truffaut, como todos da sua geração, começou no cinema pelo deslumbramento. A diferença entre ele e o resto é que ele continua deslumbrado. Durante as quase duas horas de *A Noite americana*, o cinema reina e nos emociona.

Profundamente. E Truffaut está tão comovido quanto a gente.

(Luis Fernando Verissimo. *Banquete com os deuses*: cinema, literatura, música e outras artes. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011. Adaptado)

01. Ao referir-se ao filme *A Noite americana*, o autor destaca como qualidade de Truffaut

- (A) a displicência na abordagem de um tema excêntrico.
- (B) a extravagância de que reveste cenas prosaicas.
- (C) o comedimento no uso dos recursos de expressão.
- (D) o hermetismo com que a temática é apresentada.
- (E) o racionalismo que impede a apreciação emotiva.

02. Segundo o autor, uma das características marcantes do estilo de Truffaut diz respeito ao fato de o cineasta

- (A) dissociar-se afetivamente do processo de criação artística.
- (B) desenvolver tramas sem paralelo com a experiência real.
- (C) fundir realidade e fantasia para criar imagens inusitadas.
- (D) enfocar num só filme um grande número de assuntos.
- (E) evitar a atitude pretensiosa durante o processo criativo.

03. Ao contrastar as estéticas de Truffaut e Fellini, o autor sugere que este último

- (A) não tem êxito em desenvolver ideias consistentes, o que resulta em imagens triviais.
- (B) não tem interesse em ser profundo e, assim, produz filmes pouco elaborados.
- (C) usa imagens inteligentes, mas insuficientes para conferir profundidade à obra.
- (D) compensa a superficialidade das ideias com a complexidade das imagens.
- (E) fascina-se mais pela precisão e imparcialidade das imagens do que pelas ideias.

04. No trecho selecionado do texto, uma aparente contradição na argumentação do autor evidencia-se no emprego da palavra destacada em:

- (A) O mais admirável em *A noite americana* é a sua contenção, a sua extrema **economia** de propósitos. (1º parágrafo)
- (B) Truffaut, **não**. Faz um filme convencional sobre Truffaut fazendo um filme convencional. (1º parágrafo)
- (C) Não é que ele seja superficial. Fellini **também** é um superficial e substitui as ideias pelo barroquismo de imagem. (2º parágrafo)
- (D) Truffaut não se interessa em ser profundo. A primeira mágica do cinema, o fato do cinema em si, **já** basta como fascínio. (2º parágrafo)
- (E) Truffaut, como todos da sua geração, começou no cinema pelo deslumbramento. A diferença entre ele e o resto é que ele **continua** deslumbrado. (2º parágrafo)

05. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase a seguir de modo a garantir a coerência com as informações do texto.

A análise de *A noite americana* permite compreender _____. Truffaut foi o único de sua geração que se estabeleceu no ramo do cinema, _____ haver outros que continuam a fazer bons trabalhos.

- (A) por que ... a despeito de
- (B) por que ... em virtude de
- (C) porque ... apesar de
- (D) porque ... no caso de
- (E) porque ... devido a

06. Considere o trecho: A diferença entre ele e o resto é que ele continua **deslumbrado**. (2º parágrafo)

Considerando as regras de regência nominal, as expressões que se subordinam corretamente à palavra destacada são:

- (A) para o cinema / perante ao cinema.
- (B) pelo cinema / do cinema.
- (C) ao cinema / frente o cinema.
- (D) sobre o cinema / no cinema.
- (E) ante o cinema / com o cinema.

07. O verbo que se flexionará no plural para concordar corretamente com o sujeito da oração está entre colchetes em:

- (A) Entre os maiores ícones da história do cinema do século 20, [estar] o parisiense François Truffaut.
- (B) Algumas das temáticas mais abordadas na obra de Truffaut [ser] a infância, a paixão e as mulheres.
- (C) A obra de grande parte dos cineastas contemporâneos [conter] referências ao trabalho de Truffaut.
- (D) *A noite americana* [vencer] diversos prêmios em 1974, incluindo o Oscar de melhor filme estrangeiro.
- (E) [Ter] participações nos filmes de François Truffaut a premiada atriz francesa Catherine Deneuve.

08. A frase escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- (A) A Nova Onda do cinema francês foi um movimento artístico cuja estética se opunha à do cinema comercial.
- (B) Atentos à inovações técnicas, os diretores da Nova Onda mantiveram-se dedicados a um trabalho de montagem não linear.
- (C) Os jovens artistas da Nova Onda, ou *Nouvelle Vague*, proporem-se à romper com os paradigmas da arte cinematográfica.
- (D) Os cineastas da Nova Onda se disporem a sair pelas ruas com suas câmeras, para filmar à vida com paixão e originalidade.
- (E) Dirigido por Godard, com roteiro baseado em história de Truffaut, o filme *Acosado* ateu-se à princípios da Nova Onda.

Leia a tira para responder às questões de números 09 e 10.



(Scott Adams. *Dilbert*. Disponível em: <http://zip.net/bttNyr>)

09. Na fala do último quadrinho, a personagem expressa-se com

- (A) cordialidade, para explicar que a solicitação da outra personagem deveria ter sido dirigida a outro depósito.
- (B) sarcasmo, para dar a entender que a solicitação da outra personagem será atendida em breve.
- (C) descaso, para sugerir que a solicitação da outra personagem será encaminhada à gerência.
- (D) ironia, para corroborar a resposta negativa que foi dada à solicitação da outra personagem.
- (E) rispidez, para declarar que a solicitação da outra personagem será atendida apenas parcialmente.

10. Considere o trecho: Nem pensar, amigo. Aqui no depósito só temos cadeiras de luxo, para gerentes.

Essa fala do segundo quadrinho está corretamente reescrita, no que se refere à pontuação e sem prejuízo do sentido, em:

- (A) Amigo nem pensar. Aqui no depósito temos cadeiras de luxo só, para gerentes.
- (B) Amigo, nem pensar. Aqui no depósito temos só cadeiras de luxo, para gerentes.
- (C) Amigo, nem pensar. Só aqui no depósito, temos cadeiras de luxo para gerentes.
- (D) Amigo nem pensar! Aqui no depósito temos cadeiras só de luxo, para gerentes.
- (E) Amigo, nem pensar! Aqui no depósito temos, só cadeiras de luxo para gerentes.

11. Um posto de saúde registrou uma diminuição de 20% no número de atendimentos em setembro, comparado ao número de atendimentos do mês imediatamente anterior. Sabendo-se que em setembro foram atendidas, naquele posto de saúde, 1800 pessoas, o número correto de atendimentos realizados no mês anterior foi
- (A) 2250.
 - (B) 2228.
 - (C) 2205.
 - (D) 2183.
 - (E) 2160.
12. Um terreno retangular com perímetro de 150 metros tem um de seus lados medindo a metade do outro. A área desse terreno, em metros quadrados, é
- (A) 1050.
 - (B) 1100.
 - (C) 1150.
 - (D) 1200.
 - (E) 1250.
13. Em certo município, uma pesquisa identificou que em cada grupo de 10 pesquisados, com idades de 25 a 30 anos, apenas 4 tinham cursado o ensino superior. Sabendo-se que, do número total de pessoas pesquisadas, 240 não tinham cursado o ensino superior, o número dos que tinham cursado é
- (A) 140.
 - (B) 145.
 - (C) 150.
 - (D) 155.
 - (E) 160.

14. Em um município, sabe-se que a cada R\$ 5.000,00 aplicados em saneamento básico, há uma economia de R\$ 13.000,00 com gastos na área da saúde. Se um prefeito pretende economizar, no planejamento orçamentário de 2018, o valor de 3,9 milhões de reais com gastos na área de saúde neste município, o valor mínimo, em milhões de reais, que ele deve aplicar em saneamento básico é
- (A) 1,3.
(B) 1,4.
(C) 1,5.
(D) 1,6.
(E) 1,7.

15. A tabela apresenta informações relacionadas ao número de acertos que 50 funcionários de uma empresa tiveram em uma prova, contendo 5 questões de múltipla escolha, utilizada como parte da avaliação interna para uma vaga de supervisor de vendas.

Número de acertos	Número de funcionários
Nenhum	4
1	5
2	2
3	17
4	15
5	7

A média do número de acertos por funcionário foi

- (A) 3,1.
(B) 3,2.
(C) 3,3.
(D) 3,4.
(E) 3,5.
16. Uma empresa tem 2 contas bancárias cujas senhas são constantemente modificadas. Independentemente dos dias da semana, a senha da conta no banco A é modificada a cada 15 dias, e a senha do banco B, a cada 18 dias. Na segunda-feira da semana passada, as duas senhas foram modificadas. A próxima vez que ambas forem modificadas, em um mesmo dia, será em
- (A) uma quarta-feira.
(B) uma quinta-feira.
(C) uma sexta-feira.
(D) um sábado.
(E) um domingo.

17. Duas embalagens contêm parafusos: uma delas tem 54 parafusos de tamanho A, e a outra tem 90 parafusos de tamanho B. Esses parafusos serão totalmente divididos, sem desperdício, em um menor número possível de caixinhas, de modo a se obter x caixinhas somente com parafusos de tamanho A, e y caixinhas somente com parafusos de tamanho B, todas as caixinhas com o mesmo número de parafusos. Sendo assim, a razão $\frac{x}{y}$ é

(A) $\frac{1}{5}$

(B) $\frac{1}{3}$

(C) $\frac{2}{5}$

(D) $\frac{3}{5}$

(E) $\frac{2}{3}$

18. As informações apresentadas na tabela estão relacionadas à produção diária, totalmente automatizada, de uma determinada peça em uma grande indústria:

	05.09.2017	07.09.2017
Número de máquinas funcionando ininterruptamente	60	50
Carga horária trabalhada por cada máquina em funcionamento	6 horas	x
Número de peças produzidas	30 000	45 000

Considerando-se que todas as máquinas são iguais e têm a mesma produtividade, a carga horária trabalhada por cada máquina, no dia 07.09.2017 foi, exatamente,

(A) 10 horas e 48 minutos.

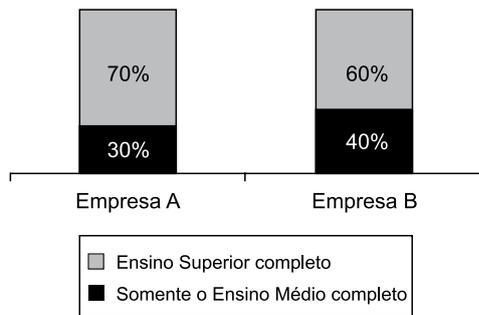
(B) 10 horas e 56 minutos.

(C) 11 horas e 04 minutos.

(D) 11 horas e 12 minutos.

(E) 11 horas e 20 minutos.

19. O gráfico apresenta informações sobre a formação dos funcionários das empresas A e B.



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma informação necessariamente verdadeira sobre essas empresas.

- (A) O número de funcionários da empresa A é igual ao número de funcionários da empresa B.
- (B) O número de funcionários da empresa A é diferente do número de funcionários da empresa B.
- (C) O número de funcionários com o Ensino Superior completo é maior que o número de funcionários com somente o Ensino Médio completo, em ambas as empresas.
- (D) O número de funcionários com o Ensino Superior completo da empresa B é o dobro do número de funcionários com somente o Ensino Médio completo de A.
- (E) O número de funcionários com somente o Ensino Médio completo da empresa B é menor que o número de funcionários com o Ensino Superior completo de A.
20. Um vendedor, na quarta-feira passada, vendeu 12 unidades de um produto A e 15 unidades de um produto B, totalizando R\$ 3.150,00. No dia seguinte, em uma promoção sobre os preços de venda do dia anterior, ele vendeu 20 unidades do produto A, com desconto de R\$ 10,00, em cada unidade, e 30 unidades do produto B, com desconto de R\$ 15,00 em cada unidade, totalizando R\$ 5.250,00. Sendo assim, uma pessoa que comprou apenas uma unidade de cada produto, na referida quarta-feira, pagou o total de
- (A) R\$ 220,00.
- (B) R\$ 230,00.
- (C) R\$ 240,00.
- (D) R\$ 250,00.
- (E) R\$ 260,00.

LEGISLAÇÃO

- 21.** A Lei Orgânica do Município de Valinhos estabelece que compete à Câmara Municipal, privativamente, ou seja, sem a sanção do Prefeito, entre outras atribuições, a seguinte:
- (A) votar o plano plurianual.
 - (B) autorizar a concessão de auxílios e subvenções.
 - (C) autorizar a concessão de serviços públicos.
 - (D) legislar sobre assuntos de interesse local.
 - (E) autorizar referendo e convocar plebiscito.
- 22.** A Lei Orgânica do Município de Valinhos prevê que ela poderá ser emendada por proposta de seus cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo,
- (A) 1% (um por cento) dos eleitores do Município, identificados pelo respectivo endereço e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
 - (B) 1% (um por cento) dos eleitores do Município, identificados pelo respectivo endereço e número do Título de Eleitor.
 - (C) 5% (cinco por cento) dos eleitores do Município, identificados pelo respectivo endereço e número do Título de Eleitor.
 - (D) 10% (dez por cento) dos eleitores do Município, identificados pelo respectivo endereço e número do Título de Eleitor.
 - (E) 10% (dez por cento) dos eleitores do Município, identificados pelo respectivo endereço e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- 23.** A perda do mandato de Vereador, segundo previsto pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Valinhos, ocorrerá
- (A) no caso de o Vereador se utilizar do mandato para a prática de atos de improbidade administrativa.
 - (B) mediante o processo de cassação, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a ampla defesa e o sigilo do processo.
 - (C) no caso de o Vereador deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a 2 (duas) sessões ordinárias, sem justificativa.
 - (D) mediante o recebimento de denúncia, por voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
 - (E) no caso de o Vereador sofrer condenação criminal em segunda instância.
- 24.** A Comissão Especial Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, instituída nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores do Município de Valinhos,
- (A) promoverá o encaminhamento direto de denúncia de violações dos direitos humanos às autoridades competentes a tomar as medidas cabíveis.
 - (B) é composta de 3 (três) membros, designados pelo Presidente da Câmara, com mandato de 1 (um) ano.
 - (C) promoverá, no âmbito municipal, estudos, pesquisas, palestras e acompanhará as atividades da saúde no Município.
 - (D) é composta de 5 (cinco) membros, designados pelo Presidente da Câmara, com mandato de 2 (dois) anos.
 - (E) manifestará sua opinião sobre projetos atinentes à sua especialidade, desde que haja indicação do Plenário nesse sentido.
- 25.** Assinale a alternativa que corretamente discorra sobre aspectos dos direitos, deveres, proibições e responsabilidades dos funcionários públicos do Município de Valinhos, bem como de seus desdobramentos em sindicâncias ou processos administrativos.
- (A) É vedado ao funcionário exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo Municipal de qualquer espécie, estando proibidos, assim, também os vínculos que não incidem sobre matéria que se relacione com a finalidade da repartição em que esteja lotado, nem sejam das atribuições de seu cargo.
 - (B) Instaura-se processo administrativo ou sindicância, a fim de apurar ação ou omissão de funcionário público, puníveis disciplinarmente, sendo obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar imputada, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão, cassação de aposentadoria e da disponibilidade, no qual será assegurada ao funcionário ampla defesa.
 - (C) São circunstâncias atenuantes das penas disciplinares, entre outras: o bom desempenho anterior dos deveres profissionais; a confissão espontânea da infração; a prestação de serviços considerados relevantes em lei; a combinação com outras pessoas, para a prática da falta; e a provocação injusta de superior hierárquico.
 - (D) São deveres dos funcionários públicos de Valinhos, dentre outros previstos no Regime Jurídico: zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; sugerir providências tendentes à melhoria ou aperfeiçoamento do serviço; tornar públicos os assuntos da repartição, especialmente, despachos, decisões ou providências.
 - (E) As seguintes condutas são vedadas ao funcionário público, dentre outras previstas no Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Valinhos: retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada; e residir em localidade vizinha, ainda que mediante autorização superior.

26. Tem-se a seguinte tabela, criada no Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão.

Formulário para pagamento em exceção		

Assinale a alternativa que apresenta o resultado correto ao posicionar o cursor na primeira célula, que contém o texto *Formulário para pagamento em exceção*, e clicar no botão *Centralizar*.

(A)

Formulário para pagamento em exceção		

(B)

Formulário para pagamento em exceção		

(C)

	Formulário para pagamento em exceção	

(D)

Formulário para pagamento em exceção		

(E)

Formulário para pagamento em exceção		

27. No Windows 7, em sua configuração original, a Ferramenta de Captura permite capturar
- (A) o login do usuário que está acessando o computador.
 - (B) a tela do computador na íntegra ou parcialmente.
 - (C) o espaço livre no disco rígido do computador.
 - (D) a senha do usuário que está acessando o computador.
 - (E) o histórico dos últimos web sites navegados.

28. No Microsoft Excel 2010, em sua configuração original, um usuário criou a planilha a seguir:

	A	B	C
1	18/08/2017		
2			
3			

Considerando que as células A1 e B1 estão formatadas como data, assinale a alternativa que apresenta o resultado correto da fórmula =A1+4 inserida na célula B2.

- (A) 22/08/2017
 - (B) 18/12/2017
 - (C) 18/08/2021
 - (D) 22/12/2021
 - (E) #N/A
29. No Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, um usuário criou uma apresentação com 4 slides e configurou uma transição de slides entre os slides 2 e 3. Depois de algum tempo, o usuário removeu essa transição.
- Durante uma apresentação de slides, ao se pressionar ENTER na exibição do slide 2, a apresentação
- (A) foi para o slide 4.
 - (B) permaneceu no slide 2.
 - (C) foi para o slide 3.
 - (D) voltou para o primeiro slide.
 - (E) foi encerrada.

30. No programa de correio eletrônico Outlook 2010, em sua configuração padrão, usuários podem configurar avisos de ausência temporária, para períodos de férias, por exemplo. Ao configurar um aviso de ausência temporária em seu endereço de e-mail, um usuário
- (A) não receberá nenhuma mensagem para ele enviada, e o remetente receberá uma notificação pré-configurada pelo usuário, informando que a mensagem deverá ser reenviada no futuro.
 - (B) só receberá mensagens com a palavra "Urgente" no assunto.
 - (C) será bloqueado na lista de destinatários dos remetentes, impedindo assim receber qualquer mensagem nesse período.
 - (D) receberá as mensagens para ele enviadas, até atingir o limite de armazenamento da caixa postal, e o remetente receberá uma notificação pré-configurada pelo usuário.
 - (E) receberá apenas um alerta semanal de que existem mensagens pendentes de leitura e, ao ler qualquer mensagem, automaticamente o aviso de ausência temporária é desligado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O órgão X, por meio de resolução publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 29.12.2016, fixou a alíquota do Imposto de Importação para determinado item no percentual de 20%. Ocorre que o normativo foi republicado no DOU de 05.01.2017 apenas para se corrigir a alíquota para o percentual de 35% para aquele mesmo item. Considerando que o órgão X é legalmente competente para a fixação da mencionada alíquota por meio de resolução, e que não há impropriedades quanto à legislação tributária, pode-se afirmar que, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB),
- (A) as incorreções materiais, por não alterarem o conteúdo normativo propriamente dito, integram o texto original, retroagindo à data da primeira publicação.
 - (B) se o ato normativo é republicado com a finalidade de corrigir erro em seu texto já publicado, tem-se um novo ato normativo, que somente pode começar a vigor a partir de sua publicação.
 - (C) é possível a alegação de desconhecimento da nova norma, aplicando-se a escusa de seu cumprimento.
 - (D) as regras previstas na LINDB não se aplicam às resoluções normativas, mas apenas às leis em sentido formal.
 - (E) o novo ato normativo é considerado nulo.
32. Acerca da estruturação das leis, é correto afirmar que, nos termos da Lei Complementar nº 95/1998,
- (A) a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.
 - (B) a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e com a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
 - (C) as leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula “esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial”.
 - (D) o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, ainda que a subsequente vincule-se à anterior por remissão expressa e que se destine a complementar lei considerada básica.
 - (E) o preâmbulo será grafado por meio de caracteres que o realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.
33. Assinale a alternativa correta quanto às espécies de órgãos públicos.
- (A) Quanto à função, a Câmara Municipal de Valinhos é exemplo de órgão autônomo.
 - (B) Quanto à estrutura organizacional, a Câmara Municipal de Valinhos é exemplo de órgão superior.
 - (C) Quanto à estrutura organizacional, a Câmara Municipal de Valinhos é exemplo de órgão consultivo.
 - (D) Quanto à atuação funcional, a Câmara Municipal de Valinhos é exemplo de órgão singular.
 - (E) Quanto à atuação funcional, a Câmara Municipal de Valinhos é exemplo de órgão colegiado.
34. A empresa estatal Beta foi criada por força de autorização legal, é exploradora de atividade econômica, possui capital integralmente público e personalidade jurídica de direito privado. Trata-se de uma
- (A) autarquia.
 - (B) autarquia em regime especial.
 - (C) fundação pública de direito privado.
 - (D) sociedade de economia mista.
 - (E) empresa pública.
35. Sobre as agências executivas federais, é correto afirmar que
- (A) exercem o serviço de fiscalização de profissões regulamentadas, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa.
 - (B) celebram Termo de Parceria com a Administração Indireta a que estão vinculadas.
 - (C) são constituídas sob a forma de associação ou fundação e executam atividades de cunho social, sem fins lucrativos.
 - (D) celebram Contrato de Gestão com o Ministério supervisor.
 - (E) celebram Termo de Colaboração com o ente público gestor.

36. Considere o seguinte julgado:

“ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO E DE TRATAMENTO MÉDICO. MANIFESTA NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DO PODER PÚBLICO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

Hipótese em que o Tribunal local consignou: “Como cediço, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Trata-se de garantia inerente à saúde e à vida, as quais estão intrinsecamente ligadas ao princípio da _____, um dos fundamentos basilares de nossa República. Com efeito, os artigos 196 e 198 de nossa Lei Maior asseguram aos necessitados o fornecimento gratuito de medicamentos/exames indispensáveis ao tratamento de sua saúde, de responsabilidade solidária da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios (...).”

(REsp 1655043/RJ, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2017).

Assinale a alternativa que apresenta o princípio que corretamente preenche a lacuna e se amolda de forma específica ao conteúdo do texto.

- (A) continuidade do serviço público
- (B) legalidade
- (C) razoabilidade
- (D) dignidade da pessoa humana
- (E) segurança jurídica

37. Um exemplo de ato negocial é

- (A) uma autorização.
- (B) uma circular.
- (C) um regulamento.
- (D) um parecer.
- (E) uma certidão.

38. A retirada de um ato administrativo pela Administração Pública em decorrência de o destinatário do ato ter descumprido condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica denomina-se

- (A) anulação.
- (B) revogação.
- (C) cassação.
- (D) declaração de caducidade.
- (E) convalidação.

39. Quando o ato administrativo cumpre todos os trâmites previstos em lei para a constituição, completando seu ciclo de formação, diz-se que ele é

- (A) válido.
- (B) perfeito.
- (C) eficaz.
- (D) exigível.
- (E) imperativo.

40. No processo administrativo, aplica-se o princípio

- (A) da oficialidade, segundo o qual o início do processo deve decorrer da vontade dos administrados interessados.
- (B) da defesa técnica obrigatoriamente por advogado.
- (C) do contraditório diferido, tendo em vista a supremacia do interesse público.
- (D) da verdade formal, buscando-se a verdade apresentada nos autos.
- (E) da gratuidade, sendo vedada à Administração Pública a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

41. Assinale a alternativa correta quanto à delegação de competência de agentes públicos.
- (A) A delegação é a renúncia de competência efetivada por um agente competente para outro de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.
 - (B) A edição de atos de caráter normativo admite delegação de competência.
 - (C) A decisão de recurso administrativo admite delegação de competência.
 - (D) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
 - (E) O ato de delegação de competência não pode ser revogado a qualquer tempo.
42. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito
- (A) representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
 - (B) representar ao Ministério Público, para a instauração de inquérito policial.
 - (C) representar à autoridade policial competente.
 - (D) determinar o afastamento do agente público envolvido do exercício do cargo.
 - (E) determinar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
43. Conforme previsão expressa da Lei Federal nº 8.429/92, negar publicidade aos atos oficiais
- (A) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
 - (B) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
 - (C) constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito.
 - (D) constitui ato de improbidade administrativa mesmo se não comprovado o dolo do agente.
 - (E) não constitui ato de improbidade administrativa se não houver dano ao erário.
44. Leia o texto seguinte e assinale a alternativa que corretamente preenche a lacuna.
- “A imposição estatal de restrições de ordem jurídica, quer se concretize na esfera judicial, quer se realize no âmbito estritamente administrativo (como sucede com a inclusão de supostos devedores em cadastros públicos de inadimplentes), supõe, para legitimar-se constitucionalmente, o efetivo respeito, pelo Poder Público, da garantia indisponível _____, assegurada, pela Constituição da República (art. 5º, LIV), à generalidade das pessoas, inclusive às próprias pessoas jurídicas de direito público, eis que o Estado, em tema de limitação ou supressão de direitos, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva e arbitrária”.*
- (AC 1.033 AgR-QO, rel. min. Celso de Mello, j. 25-5-2006, P, DJ de 16-6-2006)
- (A) da ampla defesa
 - (B) do contraditório
 - (C) da igualdade entre as partes
 - (D) do devido processo legal
 - (E) do juiz natural
45. A Constituição Federal de 1988 prevê que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) legislar sobre proteção à infância e à juventude.
 - (B) organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia e cartografia.
 - (C) estabelecer normas de trânsito e transporte.
 - (D) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas.
 - (E) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

46. Considerando que o modelo de processo legislativo federal previsto na Constituição Federal de 1988 aplica-se aos Municípios, no que couber, é correto afirmar que, no processo legislativo municipal,
- (A) se o Presidente da Câmara Municipal considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente.
 - (B) a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Prefeito Municipal serão realizadas na Câmara dos Vereadores, mas o Prefeito Municipal não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
 - (C) são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do respectivo Município.
 - (D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma legislatura, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - (E) o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
47. O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade a ser realizado pelo Poder Judiciário sobre projeto de lei em trâmite na Casa Legislativa pode ser legitimamente exercido
- (A) pelo parlamentar, exclusivamente, na medida em que somente os membros do Poder Legislativo possuem o direito público subjetivo de participar de um processo legislativo hígido.
 - (B) por qualquer cidadão, mesmo que não ostente a condição de parlamentar, mas desde que comprove sua potencial condição de destinatário da futura lei ou emenda à Constituição.
 - (C) por qualquer cidadão, independentemente de comprovação de condição de interessado, bastando-lhe estar no pleno gozo dos direitos políticos, como ocorre na ação popular.
 - (D) pelos parlamentares envolvidos no processo legislativo e por qualquer cidadão que comprove sua potencial condição de destinatário da futura lei ou emenda à Constituição.
 - (E) pelo Procurador-Geral da República, exclusivamente, pois ele deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
48. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os princípios do direito eleitoral.
- (A) Os magistrados e os membros do Ministério Público Eleitoral são investidos na função eleitoral pelo prazo improrrogável de 4 (quatro) anos, por força do princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais.
 - (B) O princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades está calcado na ideia de cidadania, de origem popular do poder e no combate à influência do poder econômico ou político nas eleições.
 - (C) Pelo princípio da anterioridade eleitoral, a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas não surtirá efeitos na eleição que ocorra até 90 (noventa) dias da data de sua vigência.
 - (D) O princípio da responsabilidade solidária consubstancia-se na responsabilidade solidária entre o candidato, o tesoureiro e o partido político, pela veracidade das informações financeiras e contábeis da campanha constantes das prestações de contas.
 - (E) O princípio da anualidade eleitoral determina que os partidos políticos prestem contas anualmente dos gastos efetuados com os valores recebidos a título de participação no Fundo Partidário.
49. Entre as várias condições de elegibilidade previstas pela Constituição Federal, consta
- (A) a nacionalidade brasileira nata.
 - (B) o domicílio eleitoral na circunscrição.
 - (C) a idade mínima de 21 (vinte e um) anos para Vereador.
 - (D) a filiação partidária há no mínimo 2 (dois) anos do pleito.
 - (E) o alistamento eleitoral há no mínimo 2 (dois) anos do pleito.

50. Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica

- (A) após a elaboração do programa e do estatuto partidários e a realização da eleição dos dirigentes nacionais provisórios.
- (B) com a realização da fundação do partido por, no mínimo, 101 (cento e um) eleitores, com domicílio eleitoral em, pelo menos, um terço dos Estados.
- (C) com a lavratura de ata de reunião de fundação do partido, publicada em jornal de grande circulação nacional e no Diário Oficial da União.
- (D) mediante registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, após o que deverão ser inscritos no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal.
- (E) na forma da lei civil, após o que deverão registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

51. A Constituição Federal de 1988 prevê, em relação aos sistemas eleitorais, que

- (A) o sistema majoritário, pelo qual se calcula o quociente eleitoral, que é o número de votos mínimo necessário para que um partido ou coligação eleja um candidato, é adotado para a eleição de Vereadores e Deputados Federais, Distritais e Estaduais.
- (B) o sistema proporcional de lista aberta, pelo qual o eleitor vota no candidato ou partido de sua preferência, é adotado para as eleições de Prefeito, Governador, Presidente da República e Senador da República.
- (C) o sistema majoritário, pelo qual está eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos apurados, independentemente da legenda partidária à qual estiver filiado, é adotado para a eleição de Prefeito, Governador, Presidente da República e Senador da República.
- (D) o sistema majoritário de maioria absoluta, pelo qual está eleito o candidato que obtiver mais da metade dos votos válidos, é adotado para as eleições de Senador da República e para Prefeito de cidades com população inferior a duzentos mil habitantes.
- (E) o sistema proporcional de lista fechada, pelo qual o eleitor somente pode votar apenas em uma legenda partidária, sendo eleitos os candidatos na ordem de inscrição partidária, foi recentemente introduzido por emenda constitucional para a eleição de Vereadores e Deputados Federais, Distritais e Estaduais.

52. A Lei da Ficha Limpa consiste na Lei Complementar nº 135/10, que promoveu alterações na Lei Complementar nº 64/90. Ela estabelece, entre outras hipóteses, a inelegibilidade da pessoa que

- (A) for condenada à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.
- (B) for indiciada em inquérito policial, denunciada pelo Ministério Público, pronunciada para julgamento pelo Tribunal do Júri ou condenada em primeiro grau, pelo cometimento de qualquer crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro.
- (C) tiver suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, bastando a decisão do Tribunal de Contas competente, independentemente de haver demanda judicial em que se pleiteie a suspensão ou anulação da decisão proferida pelo Órgão de Contas.
- (D) detentora de cargo na administração pública, for formalmente acusada em processo administrativo, civil ou criminal, de beneficiar a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, não sendo necessário que haja decisão irreversível ou transitada em julgado, bastando o ato acusatório.
- (E) renunciar ao mandato para atender à desincompatibilização com vistas à candidatura a cargo eletivo ou à assunção de mandato, for demitida do serviço público em decorrência de processo administrativo, for julgada responsável por doações eleitorais tidas como ilegais, por órgão de primeiro grau de jurisdição, sem trânsito em julgado.

- 53.** A Câmara Municipal não gastará, com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, mais de
- (A) 50% (cinquenta por cento) de sua receita.
 - (B) 55% (cinquenta e cinco por cento) de sua receita.
 - (C) 60% (sessenta por cento) de sua receita.
 - (D) 65% (sessenta e cinco por cento) de sua receita.
 - (E) 70% (setenta por cento) de sua receita.
- 54.** O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, que
- (A) se compõe dos Vereadores eleitos diretamente pelos munícipes, que atuam juntamente com o Prefeito Municipal na administração da Cidade.
 - (B) é representada e dirigida pela Mesa, que também pratica os atos de relacionamento externo da instituição com outros órgãos e autoridades.
 - (C) não possui função administrativa, mesmo quando disciplina a sua organização interna, seu funcionamento e sua estrutura de serviços.
 - (D) é um órgão colegiado, que delibera pelo Plenário, administra-se pela Mesa e representa-se pelo Presidente.
 - (E) fixa livremente o número de Vereadores, que serão seus membros, dentro da faixa estabelecida constitucionalmente.
- 55.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal
- (A) que poderá criar Tribunal, Conselho ou Órgão de Contas Municipal, para lhe auxiliar nessa tarefa.
 - (B) que manterá as Contas do Município, durante todos os dias úteis do ano, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
 - (C) mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - (D) com o auxílio do Tribunal de Contas competente, cujo parecer prévio não prevalecerá por decisão de maioria simples da Câmara Municipal.
 - (E) cuja atribuição de realizar o exame contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial limita-se aos órgãos da Administração Direta do Município.
- 56.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre previsão de Súmula Vinculante emitida pelo Supremo Tribunal Federal.
- (A) Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
 - (B) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola a Constituição Federal.
 - (C) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (D) O Município não é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
 - (E) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

57. O Senhor José de Alcântara consulta a prefeitura quanto à possibilidade de pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), mas ser isento da multa. O setor de cobrança responde por email.

Assinale a alternativa correta, considerando que o contexto comunicativo exige coesão, clareza e formalidade.

(A) Senhor José de Alcântara,

Informamos que seu pedido foi analisado criteriosamente, visto que nosso setor prioriza o atendimento ao cidadão. Entendemos a situação por que o senhor está passando. No entanto, precisamos atuar com espírito de isonomia perante a lei, razão pela qual não podemos deferir o seu pedido. Contamos com sua compreensão.

Atenciosamente,

Pedro Bonifácio de Andrada

Chefe do setor de cobrança, a sua disposição.

(B) Senhor José de Alcântara,

Informamos que seu pedido foi analisado criteriosamente, embora nosso setor priorize o atendimento ao cidadão. Entendemos a situação na qual o senhor está passando. No entanto, precisamos atuar com espírito de isonomia perante a lei, razão pela qual não podemos deferir o seu pedido. Contamos com vossa compreensão.

Atenciosamente,

Pedro Bonifácio de Andrada

Chefe do setor de cobrança, a sua disposição.

(C) Excelentíssimo Senhor José de Alcântara,

Lhe informamos que seu pedido foi analisado criteriosamente, visto que nosso setor prioriza o atendimento ao cidadão. Entendemos a situação por que passa Vossa Senhoria. Ainda que precisemos atuar com espírito de isonomia perante a lei, por essa razão não podemos deferir o seu pedido. Contamos com sua compreensão.

Atenciosamente,

Pedro Bonifácio de Andrada,

Chefe do setor de cobrança, à vossa disposição.

(D) Digníssimo Senhor José de Alcântara,

Informamos que vosso pedido foi analisado criteriosamente, visto que nosso setor prioriza o atendimento ao cidadão. Entendemos a situação que passa Vossa Senhoria. No entanto, precisamos atuar com espírito de isonomia perante a lei, razão na qual não podemos deferir o seu pedido. Contamos com sua compreensão.

Atenciosamente,

Pedro Bonifácio de Andrada

Chefe do setor de cobrança, ao vosso dispor.

(E) Prezado Senhor José de Alcântara,

Lhe informamos que vosso pedido foi analisado criteriosamente, se bem que nosso setor prioriza o atendimento ao cidadão. Entendemos a situação que o senhor está passando. A fim de que atuem com espírito de isonomia perante a lei, por essa razão não podemos deferir o vosso pedido. Contamos com sua compreensão, ao vosso dispor.

Respeitosamente,

Pedro Bonifácio de Andrada

Chefe do setor de cobrança, ao vosso dispor.

58. Leia o memorando para responder à questão.

Mem. 48/CM

Em 17 de agosto de 2017

Ao Senhor Chefe do Departamento Jurídico

Assunto: Andamento de processo

1. Considerando a necessidade de a administração pública dar respostas rápidas à população, informo que, a partir desta data, a Câmara Municipal deverá agilizar a informação dos processos.
2. Por essa razão, recomendo a Vossa Senhoria comunicar aos funcionários do setor que se aprimorem no cumprimento de suas tarefas.

Atenciosamente,

José Nicodemo de Albuquerque

Presidente da Câmara Municipal

A respeito do memorando, é correto afirmar que

- (A) o campo "assunto" pode ser descartado do corpo da mensagem.
- (B) o fecho "Atenciosamente" corresponde à formalidade do contexto.
- (C) o tratamento "Vossa Senhoria" não se aplica ao destinatário.
- (D) o texto do memorando está comprometido pela falta de clareza.
- (E) o memorando não apresenta a impessoalidade dos textos oficiais.

59. Leia trecho da letra de Chico Buarque para responder à questão.

Juca foi autuado em flagrante
Como meliante
Pois sambava bem diante
Da janela de Maria (...)
Juca ficou desapontado
Declarou ao delegado
Não saber se amor é crime
Ou se samba é pecado
Em legítima defesa
Batucou assim na mesa
O delegado é bamba
Na delegacia
Mas nunca fez samba
Nunca viu Maria

De acordo com os aspectos formais, na hipótese de Juca enviar um ofício ao delegado, deverá usar a frase:

- (A) Vossa Senhoria, o senhor é competente no âmbito de sua profissão, mas desconheceis as propriedades do samba e o amor que devoto a Maria.
- (B) Excelentíssimo Delegado, eu admito que Vossa Senhoria é competente no âmbito de vossa profissão, mas desconheceis as propriedades do samba e o amor que devoto a Maria.
- (C) Senhor Delegado, eu afirmo conhecer sua competência no âmbito profissional, mas é inadequada sua compreensão das propriedades do samba e do amor que devoto a Maria.
- (D) Vossa Excelência, eu vos digo que o senhor sois competente no âmbito de sua profissão, mas desconheceis as propriedades do samba e o amor que devoto a Maria.
- (E) Senhor Delegado, eu reafirmo vossa competência no âmbito de vossa profissão, mas desconheceis as propriedades do samba e o amor que devoto a Maria.

60. O trecho, adaptado da *Folha de S.Paulo*, de 27 de novembro de 2016, apresenta versão correta, quanto à modalidade padrão da língua, em:

- (A) Cidades como Megalópolis ou outras qualquer, devem ser territórios socialmente plural; a geração de espaços públicos urbanos de qualidade correspondem a uma política de expansão de bens coletivos. As cidades, projetam no território aquilo que uma coletividade aspira ser no presente e no futuro e devem ser pensadas como espaços destinados à eficiência econômica e fruição de valores civilizacionais fundamentais à cultura e à identidade brasileira: tolerância, diversidade, convívio e alegria.
- (B) Cidades, como Megalópolis ou outras quaisquer, deve ser território socialmente plurais; a geração de espaços públicos urbano de qualidade, corresponde a uma política de expansão de bens coletivos. As cidades projetam, no território aquilo que uma coletividade aspira ser no presente e no futuro e deve ser pensadas como espaços destinados à eficiência econômica e à fruição de valores civilizacionais fundamentais à cultura e à identidade brasileira: tolerância, diversidade, convívio e alegria.
- (C) Cidades como Megalópolis ou outras quaisquer, devem ser territórios socialmente plural; a geração de espaços públicos urbanos de qualidade correspondem a uma política de expansão de bens coletivos. As cidades projeta no território aquilo de que uma coletividade aspira ser no presente e no futuro e devem ser pensadas como espaços destinados à eficiência econômica e fruição de valores civilizacional fundamentais à cultura e à identidade brasileira: tolerância, diversidade, convívio e alegria.
- (D) Cidades como Megalópolis ou outras qualquer, devem ser territórios, socialmente plurais; a geração de espaços públicos urbano de qualidade corresponde a uma política de expansão de bens coletivos. As cidades projetam no território, aquilo em que uma coletividade aspiram ser no presente e no futuro e devem ser pensadas como espaços destinados à eficiência econômica e fruição de valores civilizacionais fundamentais à cultura, e à identidade brasileira: tolerância, diversidade, convívio e alegria.
- (E) Cidades como Megalópolis, ou outras quaisquer, devem ser territórios socialmente plurais; a geração de espaços públicos urbanos de qualidade corresponde a uma política de expansão de bens coletivos. As cidades projetam no território aquilo a que uma coletividade aspira ser no presente e no futuro e devem ser pensadas como espaços destinados à eficiência econômica e à fruição de valores civilizacionais fundamentais à cultura e à identidade brasileira: tolerância, diversidade, convívio e alegria.

